

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: dezembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Bolsa Família atinge 14 milhões nas capitais - Chico Santos – Valor Econômico – Especial - 23/12/2009	3
Rio de Janeiro tem o maior número de famílias beneficiadas – Valor Econômico – Especial - 23/12/2009	4
No Morro Dona Marta, uma questão de sobrevivência – Valor Econômico – Internacional - 23/12/2009.....	5
População atendida pelo Bolsa Família recebeu R\$ 12,4 bilhões em 2009 – Sítio Eletrônico do MDS – 28/12/2009.....	6

Bolsa Família atinge 14 milhões nas capitais - Chico Santos – Valor Econômico –
Especial - 23/12/2009

Rita de Cássia da Silva Rosa Gonçalves tem o coração grande como seu nome, em mais de um sentido. Um deles é o motivo pelo qual ela tornou-se elegível para receber R\$ 62 mensais de benefício do programa Bolsa Família. Rita tem hipertrofia cardíaca, popularmente conhecida como coração grande, o que a impede de trabalhar regularmente, embora só tenha 52 anos. "Faço faxina leve", conta com seu jeito bonachão e envolvente, conformada com a doença, mas não com a miséria, o que a torna uma espécie de líder informal do Bairro da Paz, eufemismo para denominar o morro sem calçamento, sem esgoto, sem água e luz regulares onde vive precariamente com a família no município de Queimados, um dos mais pobres da Baixada Fluminense.

Ela representa uma das 3.267.886 de famílias das capitais brasileiras, periferias e regiões metropolitanas que receberam o Bolsa Família em novembro deste ano, número equivalente a 26,3% do total de beneficiários do programa que hoje atende a 12,4 milhões de famílias. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE referente a 2008, nas famílias mais pobres, que ganham até um quarto de salário per capita (R\$ 116,25) por mês, a média de moradores por domicílio é de 4,8 na região Norte, 4,3 no Nordeste e 4,2 no Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Isto significa que havia, em novembro, 14,06 milhões de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família nas capitais e periferias, 18,7% dos seus 75,1 milhões de moradores.

Rita tem duas filhas, casadas e beneficiárias do programa, e um filho de 22 anos, que vive com ela e o pai, Luís Gonçalves, 71, aposentado por invalidez desde 1979. A casa não tem mais de 30 metros quadrados, divididos em um quatinho, saleta, cozinha e banheiro (com fossa) microscópicos. As janelas são cortinas de plástico. A sala e o quarto têm piso de cimento, o restante é de terra batida. Em volta, árvores frutíferas suavizam o panorama de carência extrema.

Jardel Gonçalves, o filho, tem o ensino médio completo e curso de técnico em computação, mas ganha R\$ 600 por mês como operário em uma fábrica de reciclagem de papel, pedalando diariamente 22 quilômetros para ir ao trabalho e voltar. Das irmãs, a mais nova, Jalda, 25, é professora formada (curso normal), mas não tem emprego. Mora "de favor" na casa da sogra, no bairro de Comendador Soares, periferia de Nova Iguaçu, com o marido, que faz biscates, e a filha Camile, de um ano. Recebe R\$ 68 de benefício

A outra, Taís Rabelo, 27, desempregada como o marido, mora perto da mãe, tem um filho de sete anos, recebe R\$ 90 por mês do Bolsa Família e estuda literatura em uma faculdade privada no bairro de Campo Grande (zona oeste), financiada pelo Programa Universidade para Todos (Prouni). O transporte para a faculdade é o principal destino do dinheiro do programa. Articulada, Taís ironiza: "Isso aqui é um recanto para quem não tem casa". E, séria, sobre o Bolsa: Não é uma esmola, mas também não garante dignidade. Emprego é que garante. E a irmã Jalda: "Ninguém quer Bolsa Família não, a gente quer emprego, mas se estão dando o Bolsa Família, a gente pega, que a gente não é maluca".

A casa da família de Rita de Cássia é precária, mas não faltam os principais eletrodomésticos e eletrônicos existentes em qualquer casa de classe média. Geladeira, TV, telefone celular, forno de microondas... Tudo distribuído, num arranjo improvável, em um espaço onde falta lugar até para dormir.

"A pobreza urbana é diferente da rural. Não há fome nas grandes cidades brasileiras, exceto, talvez, no Nordeste. As necessidades são outras, habitação, saúde, educação, saneamento.", diz Sergei Soares, pesquisador do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea). Para ele, o fato de contarem com alguns confortos modernos não significa que os pobres das regiões urbanas não precisem do Bolsa Família, embora o programa não tenha sido desenhado para resolver seus problemas.

Soares considera que a distribuição do benefício nas capitais e periferias está abaixo das necessidades das populações, fato confirmado pela base de dados do próprio Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pela gestão do programa. A cidade de São Paulo é o exemplo mais gritante. Segundo estimativas do ministério, baseadas nas projeções do IBGE, a capital paulista possui 327.188 famílias pobres, dentro do perfil Bolsa Família, mas em novembro apenas 155.183 estavam aptas a receber o benefício.

O problema, segundo o ministério, é de gestão, a cargo da prefeitura. Por não conseguir alcançar o mínimo de 0,60 do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), criado para medir o gerenciamento do cadastro do Bolsa Família pelas prefeituras, São Paulo deixa de receber mensalmente R\$ 713,15 mil a que teria direito. O IGD de São Paulo é de 0,48.

Vladimir Cesar Valentim, coordenador de gestão de benefícios da Secretaria de Assistência Social da prefeitura de São Paulo, a cidade deixava de atender 50 mil famílias, número menor que o indicado pelo ministério. Segundo ele, havia 250 mil famílias com o perfil de beneficiárias, mas apenas 200 mil eram atendidas. Após recadastramento, o número de atendidos caiu para 155.183. Além disso, partir de maio, o governo federal ampliou o alcance do programa e a cidade ganhou 120 mil novas vagas, chegando ao número indicado pelo ministério.

Os números existentes no site do ministério às vezes enganam. Brasília, que tem 108.119 famílias pobres e em condições de receber o Bolsa, teve apenas 30.358 famílias beneficiadas em novembro, mas não se trata de outro caso de má gestão de cadastro. Há um "acordo de pactuação" entre o ministério e o Distrito Federal, pelo qual uma parte das famílias é atendida pelo próprio governo distrital. Brasília tem a menor parcela relativa da população atendida pelo programa, apenas 4,89%.

De modo geral, as estimativas de pobreza e o número de beneficiários ficam próximos, e em alguns casos, como o de Recife (116.377 famílias pobres e 125.830 recebendo o Bolsa), há até mais gente recebendo o benefício do que o total estimado.

Para Soares, os dados para a medição da pobreza são os melhores possíveis, dadas as imprecisões de estimativas baseadas em um recenseamento realizado há quase dez anos (2000). O problema maior, segundo ele, é conceitual e independe de gestão: "Por não ser um direito assegurado por lei, tem gente que fica de fora."

Rio de Janeiro tem o maior número de famílias beneficiadas – Valor Econômico – Especial - 23/12/2009

O Rio de Janeiro foi, em novembro, a cidade, e também a região metropolitana brasileira, com maior número de famílias recebendo o benefício do programa Bolsa Família. Na cidade foram 170.059 famílias, e na região metropolitana, 442.769. Com uma população total de 11,513 milhões de habitantes em 2008, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do IBGE, a região metropolitana da capital fluminense, formada por 17 municípios, tem 1,860 milhão de pessoas vivendo em famílias que recebem o benefício do governo federal, 16,15% da população total.

A capital fluminense disputa a liderança da pobreza, em termos absolutos, com São Paulo, cidade cuja região metropolitana conta com 19,509 milhões de pessoas, 8 milhões a mais do que a do Rio, número maior do que a própria população carioca, que é de 6,1 milhões de pessoas. Em novembro, os 39 municípios que congregam a capital paulista e seu entorno tiveram 441.319 famílias beneficiadas (1,853 milhão de pessoas), o que significa 9,5% de toda a população vivendo de alguma forma do programa do governo.

No Rio de Janeiro, a relação entre a população beneficiada e a potencialmente beneficiável está bem próxima (170 mil de 189 mil recebem). Em termos relativos, as capitais nordestinas e periferias lideram o recebimento do Bolsa, com destaque para Teresina (43,67% da população vive em família beneficiada), João Pessoa (40,21%), Maceió (40,18%), São Luís (39,89%) e Recife (38,95%).

A secretária nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Lucia Modesto, disse que um levantamento feito em abril deste ano mostrou que somente nas capitais há atualmente um déficit de 700 mil famílias pobres que ainda não têm acesso ao Bolsa Família, com destaque para São Paulo, Fortaleza e Salvador. No caso paulista, ela disse que foi firmado um compromisso entre o ministério e a prefeitura para o repasse de R\$ 4 milhões pelo governo federal com o compromisso do município de cadastrar 120 mil famílias até junho de 2010. Nos demais casos, serão definidas estratégias a partir de janeiro.

O sociólogo Marcelo Nery, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), um dos principais estudiosos da pobreza no Brasil, ficou surpreso com a defasagem da capital paulista e disse que o Rio de Janeiro também já viveu situação semelhante e que o avanço dos números na cidade, em termos de beneficiários, é recente. Nery citou Curitiba como exemplo de boa gestão do cadastro do Bolsa Família. Em novembro, a capital paranaense (sem região metropolitana) teve 45.266 famílias beneficiadas, ante um potencial de 50.572, segundo as estimativas do ministério.

O banco de dados do pesquisador da FGV indica que a pobreza nos grandes centros urbanos brasileiros vem declinando consistentemente desde 2003, coincidindo com a expansão dos beneficiários do programa federal. Medida por uma linha de R\$ 137 de renda mensal per capita mínima, a pobreza caiu de 21,33% em 2003 para 11,54% em 2008. Em todo o Brasil, o índice de pobreza era de 16,02% naquele ano.

"Uma das características fundamentais do Bolsa Família é ter chegado às grandes metrópoles. Na crise (da década de 1980 a meados da de 1990), o desemprego explodiu e os programas sociais não chegavam às metrópoles. Tanto que na área rural a pobreza vem caindo paulatinamente nos últimos 18 anos", analisa. A pobreza nas metrópoles, segundo Nery, caiu de 22% em 1993 para 15% em 1995 (Plano Real), mas recrudescer no final da década passada e início desta. Na área rural, embora a curva declinante seja contínua, a pobreza absoluta ainda atinge 34,8% da população em 2008. (CS)

No Morro Dona Marta, uma questão de sobrevivência – Valor Econômico –
Internacional - 23/12/2009

Uma escadinha de cimento estreita e íngreme, saída de outra escadaria um pouco mais larga, mas não menos vertical, leva, e segue morro acima, ao cubículo onde mora Fabiana Damasceno Lima, 31, com a filha Raíssa, de três anos, e o marido, Rogério

Ribeiro, 22. A casinha, de aproximadamente 12 metros quadrados, tem o teto de madeira à guisa de laje sobre a qual se apoia outra habitação de proporções semelhantes. Fabiana levanta uma cortininha curta, de pano, que demarca a divisa entre os dois cômodos da habitação -quarto e cozinha/banheiro. Ela encobre uma viga de madeira, comida por cupins, que sustenta parte do peso da casa de cima.

Fabiana mora no morro Dona Marta, em Botafogo (zona sul do Rio), primeira comunidade pobre do Rio beneficiada, em novembro do ano passado, pelo programa de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que visa banir o tráfico de drogas armado e suprir os moradores dos serviços e confortos básicos oferecidos às famílias que não moram em favelas. Há um mês que seu casebre, que consome da família R\$ 200 mensais de aluguel, foi condenado pela Defesa Civil junto com vários outros nas proximidades, inclusive a casa da mãe de Fabiana, totalmente de madeira e muito velha. "Prometeram de boca que quem mora de aluguel ganharia casa própria. Estou esperando", diz com jeito de quem não está acreditando na promessa.

As obras de urbanização do Dona Marta estão paradas, mas o governo do Estado afirma que a interrupção, agravada pela recente greve dos funcionários da Caixa Econômica Federal, foi apenas para licitar a próxima etapa das três que estão previstas. Para famílias como a de Fabiana, que vivem em moradias condenadas, a continuidade é questão de sobrevivência. Há cinco meses que ela conseguiu o cadastro no Bolsa Família, passando a receber R\$ 90 por mês.

"Compro leite e as coisinhas da Raíssa", diz sobre o destino do dinheiro. Segundo ela, a dor de cabeça maior da casa é o aluguel. "Pago um mês já pensando como vou pagar o seguinte", conta, acrescentando que o padrasto, que ganha a vida carregando mercadorias (nas costas) morro acima, é o "sustentáculo" maior da família. "Quando a situação aperta muito, minha mãe dá uma ajuda".

Característica comum das moradias do Rio e periferia visitadas pelo **Valor**, não faltam aparelhos elétricos e eletrônicos na casa de Fabiana, situação que se repete em outra viela do morro, na incrível casa de Elizabeth Avelino Soares, quatro filhos de 9 a 21 anos que acaba de perder, por problemas de cadastro, os R\$ 42 que recebia do programa. Diz, enquanto mostra a casa, na verdade um pequeno porão escuro e úmido, onde vive a família, que seu cartão foi bloqueado e que está tendo dificuldade para fazer o desbloqueio. Sem o Bolsa, a única renda da família vem do trabalho do marido, consertando máquinas, quando aparece.

Em Comendador Soares, periferia de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, o terreno é plano, as casas maiores e os serviços básicos mais presentes. Mas os sinais da pobreza arraigada estão nas expressões de pessoas como Ana Luiza Guimarães da Silva. A casa, de quarto, sala, cozinha e banheiro, é inacabada e os móveis precários. O marido acaba de conseguir um emprego de metalúrgico, mas disse que sofreu um acidente doméstico e teve que parar por uns dias. Ana faz faxinas no Rio. (CS)

População atendida pelo Bolsa Família recebeu R\$ 12,4 bilhões em 2009 – Sítio Eletrônico do MDS – 28/12/2009

Os beneficiários do Bolsa Família receberam R\$ 12,4 bilhões do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate (MDS), entre janeiro e dezembro de 2009. Os valores representam um crescimento de 13,8% em relação ao total de R\$ 10,9 bilhões

investidos pelo programa na população pobre em 2008. O reajuste de 10% nos valores do benefício a partir de setembro e a inclusão de mais 1,3 milhão de famílias no Bolsa Família durante o ano contribuíram para chegar a esse montante. O MDS também repassou R\$ 207,3 milhões para os Municípios investirem nas ações locais do programa por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD).

Seis anos após ser implantado, o Bolsa Família apresenta como resultado um impacto sobre a redução das desigualdades de renda no País e a movimentação da economia local de pequenos Municípios. Os valores transferidos a 12,4 milhões de famílias - que variam entre R\$ 22,00 e R\$ 200,00 - são investidos basicamente em alimentação, material escolar, remédios e vestuário infantil. Mais do que comida na mesa, o programa de transferência de renda estimula a aproximação da população mais pobre a uma rede de políticas públicas, ao exigir a frequência escolar dos alunos beneficiários e o cumprimento da agenda de saúde.

O ministro Patrus Ananias destaca a importância do programa para o aquecimento da economia. “Um aspecto bastante positivo do Bolsa Família é que, ao mesmo tempo em que resgata milhões de pessoas da situação de extrema pobreza, ele também transforma essas pessoas em consumidores, ajudando a estimular as economias locais e regionais”, ressalta. Os recursos significam um incremento médio de 30% na renda das famílias. “O programa contribui para tornar o Brasil um País mais justo e menos desigual”, afirma a secretária nacional de Renda de Cidadania do MDS, Lúcia Modesto.

Em 2009, o Governo Federal iniciou processo de capacitação de beneficiários do Bolsa Família nas áreas de construção civil e turismo com o Programa Próximo Passo, nas capitais e regiões metropolitanas. Cerca de 40 mil pessoas estão em sala de aula ou já terminaram os cursos. A meta é capacitar cerca de 180 mil pessoas.

Outras iniciativas que contribuem para a emancipação dos beneficiários estão sendo desenvolvidas por órgãos federais, estaduais e municipais. Meio milhão de jovens e adultos beneficiários do Bolsa Família ou que estão no Cadastro Único foram alfabetizados em 2006 e 2007, pelo Programa Brasil Alfabetizado. O percentual de pessoas cadastradas atendidas por programas de alfabetização aumentou de 21,9%, em 2006, para 33,8% em 2007. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) promove o acesso da população de baixa renda ao crédito, especialmente beneficiários do Bolsa Família que representam mais de 50% de sua carteira de clientes. Entre janeiro e outubro de 2009, a instituição financeira emprestou R\$ 562,2 milhões para 287.725 beneficiários desenvolverem atividades produtivas.

Expansão – Depois de atingir 11 milhões de famílias em 2006, o MDS iniciou uma nova expansão do número de beneficiários do Bolsa Família em 2009. A estratégia desenvolvida pelo Ministério para ampliar o número de beneficiários começou em maio, quando foram beneficiadas 300 mil novas famílias. Em agosto, outras 500 mil passaram a fazer parte do Programa e outras 500 mil foram incorporadas em outubro. No total, 1,3 milhão de novos domicílios foram incluídos no Bolsa Família, que já atende atualmente a 12,4 milhões de lares. A expectativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é chegar 12,9 milhões de famílias em 2010. A ampliação foi planejada para atender a estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no Mapa de Pobreza.

Reajuste - Em setembro deste ano, o Governo Federal iniciou o pagamento dos benefícios do Bolsa Família reajustado em 10% para manter o poder de compra da população atendida e reforçar a distribuição de renda entre as famílias brasileiras. Foi a terceira correção dos valores desde que o programa foi criado, em outubro de 2003. A primeira recomposição nos valores do Bolsa Família, de 18,25 %, ocorreu em agosto de 2007. Em julho de 2008 o reajuste foi de 8%. A renda *per capita* que caracteriza família em situação de pobreza é de R\$ 140,00 e em extrema pobreza é de R\$ 70,00. O benefício médio é de R\$ 95,00.

Condicionalidades – O monitoramento das contrapartidas continuou avançando em 2009. Em fevereiro/março, 85% dos alunos com idades entre seis e 15 anos tiveram a frequência acompanhada. No último bimestre do ano (outubro/novembro), esse percentual chegou a 89%. Em relação aos adolescentes de 16 e 17 anos, eram 77% no início do ano e chegou a 79%. As condicionalidades de saúde, vacinação infantil e acompanhamento de pré-natal, também passaram de 58% no segundo semestre de 2008 para 63% no primeiro semestre de 2009. As condicionalidades, tanto na área da saúde quanto na área de educação, são consideradas um importante instrumento de inclusão social da população beneficiada pelo Bolsa Família. Os dados são registrados nos sistemas pelos Municípios e consolidados pelos ministérios da Saúde e da Educação, parceiros do MDS no acompanhamento do programa.

Controle - Em agosto deste ano, o MDS criou o Sistema de Monitoramento de Auditorias do Cadastro Único (SIMAC), que visa reforçar o controle do Bolsa Família e aperfeiçoar sua base de dados. Essa ferramenta *online*, resultado da evolução da série de iniciativas de fiscalização do programa, possibilita uma confirmação mais precisa dos processos de auditoria, pois confronta as informações extraídas de registros administrativos e base de dados diretamente com a realidade das famílias. O sistema facilita o trabalho dos Municípios, que têm a responsabilidade e atribuição legal de cadastrar e identificar as famílias.

Bolsa Família		IGD	
UF	Famílias (Dezembro)	Valor Anual benefício (R\$)	Valor repassado até outubro gestão (R\$)
Brasil	12.370.915	12.454.702.501,00	207.334.837,66
AC	62.600	70.480.788,00	1.036.140,28
AL	395.459	418.051.447,00	6.850.051,65
AM	263.064	297.805.814,00	4.265.460,56
AP	44.678	52.577.974,00	459.470,81
BA	1.581.639	1.663.238.830,00	27.287.965,28
CE	947.720	1.008.130.971,00	18.147.109,29
DF	76.327	74.411.196,00	566.663,75
ES	190.428	180.269.180,00	3.396.831,59
GO	305.949	271.603.489,00	5.104.713,23
MA	846.345	943.841.215,00	13.813.282,37

MG	1.117.946	1.046.437.741,00	21.441.072,69
MS	127.768	116.685.417,00	2.043.124,11
MT	166.456	145.158.195,00	2.603.973,87
PA	635.204	714.241.108,00	9.938.685,46
PB	444.729	477.101.969,00	8.205.755,83
PE	1.035.989	1.062.895.529,00	17.357.886,01
PI	413.867	433.021.424,00	7.588.905,70
PR	482.335	404.945.234,00	8.612.091,74
RJ	658.726	617.267.928,00	7.809.107,14
RN	321.710	330.812.114,00	6.427.728,37
RO	116.211	117.490.447,00	1.768.486,61
RR	41.201	48.064.116,00	678.985,25
RS	462.966	425.434.593,00	7.219.491,45
SC	150.685	130.377.682,00	2.810.170,17
SE	220.175	228.065.256,00	3.365.087,36
SP	1.138.129	1.055.782.881,00	16.120.287,24
TO	122.609	120.509.963,00	2.416.309,85

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

